



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DE RAÇA/GÊNERO: REFLEXÕES A PARTIR DO RELATO DE MULHERES-NEGRAS-PROFESSORAS

Tássia Fernanda de Oliveira Silva
(UNEB)

RESUMO

Este artigo discute a constituição identitária de raça/gênero a partir do ponto de vista de mulheres-negras-professoras, associando o processo de constituição identitária às opressões relativas ao racismo. Atentando para a constituição das identidades o estudo está filiado aos Estudos Culturais. Para entender como as mulheres-negras-professoras veem as questões identitárias de raça/gênero, realizei entrevistas semi-estruturadas e pesquisa bibliográfica, na qual, recorri a autores/as que discutem identidade, gênero, raça/gênero. O artigo traz os relatos de duas mulheres-negras-professoras que mostram como as professoras vivenciam e percebem a constituição da identidade negra.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres-negras-professoras, Identidades, Racismo.

INTRODUÇÃO

Apesar de algumas significativas conquistas femininas, ainda vemos e ouvimos dizer que homens e mulheres teriam naturezas diferentes, de modo que às mulheres caberia cozinhar, lavar, cuidar da casa, dos filhos, estar sempre dispostas e bonitas para quando o marido chegar cansado do trabalho, além de ficar sempre “alerta” para não perder o amado para uma outra mulher mais jovem e mais bonita. Ao homem, caberia sustentar a casa; homens seriam dotados de um

· Mestranda em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia- (UNEB – Campus II), pesquisadora FAPESB. E-mail: t.nandinha26@gmail.com.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

“instinto masculino”, que faz com que a maioria não consiga ser fiel, dentre outros pensamentos.

Interessante observar que esse pensamento parece desmerecer e desrespeitar toda a militância feminina para que pudéssemos conquistar o nosso espaço, nosso lugar no mercado de trabalho, votar, estudar, enfim, mudar a nossa visão e a visão da sociedade em relação a nós. Esse discurso destoava do perfil de mulher que se vem desenhando desde o século passado, além de não fazer referência alguma às mulheres negras, deixando de considerar que elas foram e são mulheres que sempre trabalharam muito (desde os tempos da colonização).

Assim, entre leituras, dispus-me a estudar raça/gênero, de modo que o conhecimento adquirido pelas leituras de textos fundamentais do feminismo negro¹²⁹ direcionaram esse artigo para a compreensão de um tema em alta na discussão acadêmica: identidade/s. A ideia de pluralidade me pareceu uma linha interessante para me ajudar a questionar a naturalização de algumas ideias circulantes a respeito das mulheres e, sobretudo, das mulheres negras.

Foi neste momento que, considerando as identidades, a identidade de gênero e a identidade racial, não são naturais e sim culturais, sociais e discursivamente produzidas que considerei importante realizar entrevistas com mulheres negras professoras para dar-me subsídios para compreender como mulheres negras professoras vivenciam as suas identidades.

Múltiplas identidades

A identidade é uma questão bastante abordada, ela tem sido objeto de muitas discussões e interpretações e a atual necessidade em estudar as identidades se justifica pelo momento de inquietações, problematizações em que

¹²⁹ Feminismo negro é uma abordagem dos estudos de gênero que discute a intersecção entre gênero e raça.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

vivemos na vida contemporânea, de modo que vamos pensá-la enquanto um produto social. Para tal vamos contar com a discussão contemporânea dos estudiosos pós-coloniais Homi Bhabha (2007) e Stuart Hall (2002) que trazem para a arena dos estudos das ciências sociais uma noção moderna de sujeito, ao mesmo tempo em que estabelecem uma crítica à eventual homogeneidade e unificação identitária.

Os autores pós-coloniais Homi Bhabha e Stuart Hall entendem que o sujeito não possui uma identidade que permeia a ideia de totalidade, promovendo o que Hall (2002) chama de declínio das velhas identidades. Esse declínio é parte de um amplo processo de mudança na estrutura da sociedade moderna. Mudanças que estão provocando a fragmentação de “paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade, que, no passado, nos tinha fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais”. (HALL, 2002, p. 09). Essas transformações acabam por mudar as nossas identidades pessoais e abalar a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados.

Sendo assim, não é de se espantar que as discussões contemporâneas das ciências sociais tragam no bojo das suas preocupações as questões identitárias, afinal, não há uma essência do que pode ser definido como mulher, homem, negro, branco, etc. na sociedade, pois, não tem como a identidade social ser a mesma para todas as pessoas que comungam dela, fazer isso é o mesmo que acreditar, por exemplo, que todas as mulheres são unidas por interesses e experiências comuns, coisa que definitivamente não acontece.

Pensar dessa forma seria contrariar a perspectiva de identidade aqui adotada, pois, se entendo as identidades assim como Hall, estou negando a imutabilidade e fixidez, de modo que, a mulher, nesse ponto de vista, não só é mãe, mas também é professora, é negra, é universitária, é esposa, é espírita, etc.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Gênero, raça: um diálogo

As diferenças entre homens e mulheres sempre marcaram a história da humanidade, dizer que as mulheres são diferentes dos homens é uma afirmação quase que incontestável. São vários os fatores que ratificam essa afirmação, pode-se dizer, por exemplo, que a mulher historicamente teve seu universo de atuação limitado, pois era excluída do campo do conhecimento, do mercado de trabalho, da educação escolar, mantidas fora da vida pública, dentre outras questões que consubstanciam as diferenças entre homens e mulheres.

Atualmente temos um cenário social modificado no qual podemos perceber, dentre as mudanças que constituem a sociedade pós-moderna. Porém, apesar de todos esses ganhos importantes, as mulheres ainda têm sido uma parte silenciada na memória social e isso pode ser confirmado ao observarmos uma tradição histórica que associou as mulheres à natureza e, os homens, à cultura.

Natural é o fenômeno no qual a identidade apresenta traços essenciais, e, portanto, imutáveis. Já os objetos da cultura, ao contrário daquilo que pode ser encontrado na natureza, seriam objetos em cuja identidade há sinais de intervenção. Com isso, a mulher, por não ser vista como “fruto” de cultura, vem sendo historicamente considerada um ser com identidade única e fixa, e essa única identidade feminina é constantemente associada às suas características biológicas, aprisionando as mulheres na “categoria natural.

Guacira Louro (1997) explica que não são as características sexuais que irão construir o feminino e o masculino, mas sim o modo como essas características são vistas e pensadas, levando em conta que a possível compreensão do lugar e das relações existentes entre homens e mulheres é adquirida muito mais ao observar o que é socialmente construído sobre os sexos. Gênero é a tradução literal da palavra inglesa gender; esse termo passou a ser utilizado pelas feministas na década de

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

1970, para enfatizar a construção cultural e a base de tratamento desigual dispensado a homens e mulheres. O conceito de gênero aqui trabalhado busca transcender a leitura sexualizante da relação homem/mulher, evitando confusão entre os conceitos gênero e sexo.

Portanto, é fundamental que o termo gênero seja entendido como integrante da construção das identidades múltiplas do sujeito, algo diferente da ideia de simples desempenho de papéis determinados por outrem, pois, essa ideia acaba aniquilando o dinamismo do sujeito, e gênero, ao contrário disso, constitui o sujeito.

Nesse sentido, a concepção de identidade de Stuart Hall (2002), dialoga com a categoria gênero, visto que, ao esclarecer que a nossa identidade não é fixa e permanente, pelo contrário, é móvel e definida histórica e não biologicamente. Por isso é interessante esclarecer que homens e mulheres só se tornam opressor e oprimida dentro de determinadas relações sociais, o que ratifica o fato da opressão não ser um dado natural, mas social.

E é justamente no âmbito da sociedade contemporânea que ainda podemos perceber uma tentativa de afirmar papéis marcados para homens e mulheres. No entanto, é importante registrar que quando falamos no “absurdo” da ideia de desempenho de papéis não costumamos pensar na mulher negra e no fato dela destoar desses papéis, já que elas sempre trabalharam fora, desde a época da escravidão e assim como no período pós-abolição (BAIRROS, 1995); (GONZALEZ, 1982); (CARNEIRO, s/d).

Partindo dessa constatação, é pertinente trazer a discussão de raça, pois, embora todas as mulheres partilhem de alguns traços identitários comuns, há distinções dentro deste segmento denominado “mulher/mulheres”. Neste sentido, Crenshaw (2002) afirma que a discriminação racial é frequentemente marcada pelo gênero, pois as mulheres negras podem vivenciar experiências

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

discriminatórias, além de outros tipos de violências e abusos de maneira diferente dos homens. De modo que, considerar a raça no contexto da discussão de gênero é trazer à tona não só a discriminação racial, mas a discriminação racial associada à de gênero.

Em se tratando de Brasil, a mão dupla de dominação/opressão se interrelaciona desde os tempos da colonização, em que senhores brancos protagonizavam violência contra as mulheres negras ajudando a construir a base da hierarquia gênero/raça presente em nosso “sangue” colonial, que constituiu e continua constituindo a nossa identidade nacional.

É importante lembrar que a experiência da opressão é dada pela posição que ocupamos numa atmosfera de dominação na qual raça e gênero se interceptam em diferentes pontos. De modo que a mulher negra não é simplesmente mais oprimida que uma mulher branca de mesma classe social, e sim alguém que experimenta a opressão a partir de um lugar diferente que proporciona pontos de vista diferentes do que é ser mulher em uma sociedade desigual, racista e sexista. (BAIRROS, 1995)

No caso das negras é necessário enfrentar essa questão, já que a dominação patriarcal conforma relações de poder entre os grupos, pois a ideia de patriarcado está alicerçada em bases ideológicas semelhantes àquelas que permitem a existência do racismo, ou seja, a crença na dominação construída com base em noções de superioridade e inferioridade.

Outro fato marcante que vem ratificar a diferença entre mulheres negras e não negras é o famoso mito da fragilidade feminina que historicamente justificou (e ainda justifica) a proteção dos homens sobre as mulheres. Como denuncia Sueli Carneiro, a mulher negra não é referenciada por esse mito:

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. (CARNEIRO, s/d, p. 1 – 2).

Fragilidade, então, não se encaixa no perfil da mulher negra, pois elas estiveram submetidas a um sistema escravocrata que desconsiderou o fato de serem mulheres, e “portanto, frágeis”, ao delegarem a elas uma carga de trabalho e de violência sexual e simbólica que as desrespeitavam enquanto seres humanos.

Isto é, ao contrário da mulher não negra, mulher negra, ao logo da história, foi o sustentáculo da família e, por que não dizer, de um país que se favoreceu durante séculos da mão-de-obra negra e colocou à margem da sociedade o seu principal agente construtor, ou seja, a população negra.

O fato é que, apesar de ser historicamente originária de uma cultura desrespeitada que acaba sendo folclorizada e marginalizada, a mulher negra sempre foi uma mulher forte que não desistiu de lutar pelo seu espaço dentro da sociedade, e está aos poucos conseguindo ter acesso à educação, ao mercado de trabalho, dentre outras coisas.

Mas ser mulher e negra no Brasil, não é uma tarefa fácil. Não podemos nos isentar de reconhecer que a mulher negra ainda está excluída da participação no processo de desenvolvimento. Ser negra e mulher no Brasil ainda é ser objeto de tripla discriminação (gênero, raça e classe), visto que os estereótipos¹³⁰ gerados pelo racismo e sexismo ainda relegam as negras a um lugar de opressão.

¹³⁰Segundo Bhabha (2007, p, 105) o estereótipo “é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está “no lugar”, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido”.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Mulheres-negras-professoras: identidades

Para fundamentar a discussão aqui desenvolvida realizei duas entrevistas (gravadas em áudio) com mulheres professoras, todas negras, uma com 23 outra com 26 anos de idade. Mulheres-negras-professoras, atuando no ensino de língua portuguesa, estudantes do curso de Letras da UNEB, Campus II.

Logo no início da entrevista fiz uma pergunta bastante abrangente, diretamente relacionada à subjetividade, “Se eu te perguntasse quem é você, o que você me diria?”. Esta pergunta provocou sorrisos, silêncio, seriedade e uma frase que acredito resumir a sincera dificuldade que temos em definir a nós mesmos: “Ai, Jesus! Que pergunta complicada essa, a gente nunca sabe dizer.” (SOLANGE)

A dificuldade em definir a si própria, como mencionado acima, justifica-se, pela surpresa, pelo inusitado, afinal, não é algo comum, conceituar aquilo que somos; segundo estudiosos, algo bastante mutável e heterogêneo. Ou seja, temos múltiplas identidades, e isto foi constatado em todos os momentos em que as entrevistadas dialogavam comigo.

Hall (2002) e Bhabha (2007) afirmam que o sujeito não possui uma única identidade, esta concepção pós-colonialista de identidade liberta o sujeito de ser uma coisa só, fazendo com que não seja absurda a dificuldade que Solange apresenta para responder à questão feita acima.

Como atesta Hall (2002), o sujeito inserido na pós-modernidade é alguém que ressignifica as suas identidades, se tornando, deste modo, um sujeito fragmentado, multifacetado, logo, difícil de ser definido. Daí porque as entrevistadas não conseguiram dizer “eu sou isto”, ou “eu sou aquilo”; elas foram tudo o que quiseram dizer, ou o que conseguiram lembrar no momento da

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

entrevista. E, assim, tivemos uma mulher que se entende como mutação, mistura, preta, cabelo duro, etc:

Eu sou um ser em constante mutação, cada dia eu descubro uma nova identidade, descubro um novo pedaço, me descubro [...]. Eu sou a mistura mesmo, eu sou esse entrelugar, e eu atualmente me identifico como negra porque, primeiro de tudo meu cabelo é duro, minha epiderme é meio tom, enfim, eu sou preta. (JOANA)

A fala de Joana remete à ratificação da impossibilidade de se definir. Ela afirma ser alguém em constante mutação, pois descobre constantemente novas identidades. Uma mistura, posto que é filha de mãe branca e pai negro, ou seja, ela é fruto de um “casamento interracial”, que a faz sentir o entrelugar entre o negro e o branco, entrelugar esse que é desfeito na medida em que ela afirma ser negra, pois o seu cabelo é “duro”, apesar da sua epiderme ser meio tom.

Em meio às contradições, Joana acaba deixando aflorar a sua identidade negra, ao identificar o cabelo “duro” como um elemento que simboliza esta identidade. Esta identificação é coerente com o que afirma Gomes (s/d p. 03): o cabelo e a cor da pele “são largamente usados no nosso critério de classificação racial para apontar quem é negro e quem é branco em nossa sociedade”.

O cabelo crespo na sociedade brasileira é uma poderosa linguagem, e a maneira como ele é “vivido” pelas mulheres pode ser usado para ocultar o seu pertencimento étnico-racial (de forma consciente ou não), tentando “fechar” os olhos para os dilemas que constituem a construção da identidade negra; mas, também, pode significar afirmação das raízes africanas, sendo utilizados como uma arma política de resistência e denúncia ao racismo existente na sociedade. (hooks (s/d); GOMES (s/d)). Joana se utiliza desse forte elemento identitário para afirmar a sua identidade negra ou, nas palavras dela, “marcar o meu lugar de pertença na sociedade e no mundo”.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Mas, temos também uma professora que se autodefine dizendo ser uma mulher sonhadora, atraente, vaidosa, etc:

Sou uma mulher que gosta de ser mulher, gosta de ser feminina, uma pessoa sonhadora e, como todo mundo, busco a realização dos meus anseios. (SOLANGE)

Solange é aquela que se afirma enquanto mulher, passando a imagem de determinação, ao mesmo tempo em que mostra a sua face sonhadora, igualando-se a “todo mundo”, circulando no misto de afirmação e compartilhamento identitário.

Ela afirma o ser mulher como algo constituinte da sua identidade, fazendo o que sugere Louro (1997), quando diz que a ideia é pensar gênero enquanto elemento constituinte da identidade, não como algo que delega lugares marcados para homens e mulheres. Desse modo, ao revelar ser uma mulher sonhadora, Solange aponta para uma característica que constitui a sua identidade, e não a identidade de todas as mulheres. O que ratifica a ideia das múltiplas identidades e de que gênero é uma construção plural, visto que existem várias e, por vezes, contraditórias maneiras de ser mulher, como afirma Dutra (2003).

Sendo assim, a sua identidade negra é percebida, em alguns traços historicamente característicos da mulher negra, já que a mulher negra sempre trabalhou três turnos, além de ser o que Gozalez (1982) define como trabalhadoras do eito ou mucamas: ainda tinham que cuidar de marido e filhos, numa jornada tripla que se intercepta com a jornada da mulher negra de hoje.

Isto posto, posso afirmar que a multiplicidade de papéis foi uma constatação na fala das entrevistadas. Elas deram uma amostra das várias mulheres existentes dentro delas, contudo, é importante lembrar que a identidade não é um simples fruto das subjetividades dos sujeitos; as várias identidades se manifestam em diferentes graus, dependendo das relações estabelecidas em sociedade, como

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

esclarece Sodré (1999, p. 34): “Dizer identidade humana é designar um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela interseção de sua história individual com a do grupo onde vive”.

E isso ajuda a ratificar a ideia de fragmentação do sujeito e a impossibilidade de olharmos para os depoimentos dessas mulheres como se elas fossem uma coisa só, embora compartilhem semelhanças porque são mulheres, negras e professoras. Isto porque, cada uma delas vivencia suas identidades de uma maneira diferenciada, e ter a pretensão de discutir identidades sem considerar a própria complexidade do ser humano é buscar o indecifrável.

Cada identidade é vivenciada de maneira diferenciada pelas pessoas, portanto, o ser negra é vivenciado de uma maneira diferente por cada uma das entrevistadas. Ao atentar para as falas delas, não podemos deixar de relacionar com aspectos raciais na sociedade brasileira. Um deles é o desafio que é ser mulher negra em um país que, apesar de ter a maioria da sua população preta e parda, segundo o IBGE, e que preferimos mencionar como população negra, apresenta contexto social que difunde valores e ideias de uma cultura hegemônica, leia-se, branca. Nesse sentido, as professoras percebem o tratamento desigual dispensado a negras e brancas:

O fator cor influencia principalmente no trabalho, porque eu vejo que tem empresas em que é difícil você vê uma mulher negra. Recepcionista mesmo é muito difícil você vê uma recepcionista negra, normalmente são mulheres brancas, enfim, depende do cargo, esse cargo mesmo de secretária, recepcionista geralmente são mulheres brancas. (SOLANGE)

A fala da entrevistada ratifica a discussão que mulheres negras e brancas gozam de tratamento diferenciado na sociedade brasileira. Ser mulher negra é ser diferente e, portanto, estar sujeita a ser vítima de uma violência simbólica, que



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

quer oprimir, inferiorizar e, conseqüentemente, excluí-la da participação no processo de desenvolvimento, o que permite afirmar que ser mulher negra no Brasil ainda é ser alvo da discriminação de raça, uma vez que o fenótipo negro ainda é visto como marca de inferioridade. (GONZALEZ (1982); GOMES (s/d))

Logo, a fala da professora reflete as relações de poder que estão na essência do comportamento racista. Porém, é um poder pelo consenso, não pela força, sustentado por uma ideologia que estabelece e mantém a dominação corroborando para que as práticas sociais discriminatórias sejam naturalizadas.

Desse modo, a preferência por mulheres brancas se torna tão constante, tão “natural”, que a tendência é nos acostumar, não necessariamente aceitar, a conduta de seleção racial estabelecida entre negros/as e brancos/as, na qual quem tem a pele clara está no polo dominador da sociedade e quem tem a pele negra está no polo dominado.

O “nos acostumar” com a conduta de seleção racial é interessante para a manutenção do racismo, já que, quanto menos visível é a ideologia mais eficiente ela é. Pois, se os sujeitos começam a tomar consciência de que determinado aspecto ou comportamento o está prejudicando, esse aspecto passa a ser combatido, de modo que pode perder a sua “força” na manutenção das desigualdades.

CONCLUSÕES

Ao longo do artigo busquei dar visibilidade à maneira como mulheres-negras-professoras percebem a constituição de suas identidades. Os relatos das professoras nos mostraram como elas se enxergam, como veem e, principalmente, como sentem o ser mulher-negra-professora em nossa sociedade, e isso é bastante significativo para pensarmos identidade, identidade negra. Por isso, considero que



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

tornar público os relatos das professoras é contribuir para a possibilidade de mudanças no imaginário social, afinal, quem constitui a sociedade somos nós.

Reconheço que, partir das reflexões acerca da constituição das identidades de mulheres-negras-professoras para problematizar elementos que constituem a/s identidade/s de raça/gênero, com o objetivo de ser força ativa no combate a preconceitos, discriminações e racismos, é um projeto ambicioso, uma utopia talvez, considerando toda uma história de invisibilidade das mulheres negras. Mas, o que é a Universidade se não uma fábrica de sonhos? Sonho de mudar, de melhorar, de fazer acontecer coisas boas em uma sociedade opressora, machista, sexista, racista, etc.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam àvila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, p. 70-104.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. In: **Revista Estudos feministas**. IFCS/UFRJ & PPCCIS/UERJ. Rio de Janeiro, v. 3 n.2, 1995.
- CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença raça e mulher no Brasil. In: **Revista Estudos Feministas**. v. 08, n. 2, 2000.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>. Acesso em: 13/11/2009.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Revista estudos Feministas**. v 10, n.1, 2002.
- DUTRA, Flávia Silveira. Letramento e identidade: (re-) construção das identidades sociais de gênero. In: **Discursos de identidades**: Discursos como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

-
- GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra**. Disponível em: <http://www.ideario.org.br/_neab/kule1/Textos%20kule1/nilma%20lino.pdf>. Acesso em: 20/05/2011.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel t. (Org.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1982.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu Silva, Guaracira Lopes Louro. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. In: **Revista Estudos Feministas**, n.2, Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- LIMA, Maria Nazaré Mota de. **Identidades e cultura afro-brasileira: a Formação de professoras na escola e na Universidade**. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 14-55.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. In: **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: UFRJ, n° 2, 1995.
- RODRIGUES, Elenita G. Repensando a consciência (e) (a) crítica: por uma redefinição da noção de fortalecimento das identidades sociais. In: RAJAGOPALAN, Kanavillil; FERREIRA, Dina Maria Martins. (orgs.). **Políticas em linguagem: perspectivas identitárias**. São Paulo: Mackenzie, 2006.
- SODRÉ, Muniz. O mesmo e o outro. In: **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.